



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 20/05/2025 19:40:39.257 - PL261424  
EMC 2704/2025 PL261424 => PL2614/2024  
**EMC n.2704/2025**

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –  
DECÊNIO 2024-2034**

**PROJETO DE LEI Nº 2614/2024**

Emenda aditiva ao Plano Nacional de Educação, para acrescentar a Estratégia 6.12. ao Anexo

**EMENDA ADITIVA Nº**

Acrescenta-se a Estratégia 6.12. do Anexo, com a seguinte redação:

“Estratégia 6.12. Garantir políticas de equalização para o acesso à educação integral de tempo integral a estudantes entre as populações 50% mais pobres, estudantes público da educação especial – PAEE (na perspectiva inclusiva), negras, indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, migrantes, ciganas, refugiadas, LGBTQIAPN+, das zonas rurais, e em especial nas regiões Norte e Nordeste, que se encontram em pior situação de desigualdade e vulnerabilidade social.”



\* C D 2 5 7 1 5 7 3 1 2 3 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 20/05/2025 19:40:39.257 - PL261424  
EMC 2704/2025 PL261424 => PL2614/2024  
**EMC n.2704/2025**

### JUSTIFICATIVA

A Estratégia 6.12. representa um compromisso urgente com a justiça educacional ao estabelecer ações afirmativas direcionadas às populações historicamente excluídas dos processos de alfabetização. Ao priorizar crianças entre os 50% mais pobres e grupos étnicos e territoriais específicos, a proposta enfrenta o ciclo de reprodução das desigualdades que perpetua o fracasso escolar nessas comunidades. O foco nas regiões Norte e Nordeste e nas zonas rurais, onde os índices de analfabetismo são persistentemente mais altos, corrige assimetrias regionais profundas, alinhando-se ao princípio constitucional da equidade (art. 206, I) e ao artigo 28 da LDB, que exige adaptações curriculares para contextos de zonas rurais. Essa estratégia materializa os conceitos de igualdade substantiva e de equidade, garantindo que o direito à alfabetização seja efetivado mediante políticas que considerem as barreiras estruturais enfrentadas por esses grupos, desde o racismo institucional até a falta de escolas em territórios tradicionais.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2025.

**PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE**

**Deputada Federal - PSOL/SP**

